

IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA COVID-19: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ÁREAS URBANAS E RURAIS DE BAIÃO, PARÁ

[Ciências Sociais Aplicadas, Volume 28 – Edição 138/SET 2024 / 23/09/2024](#)

ECONOMIC AND SOCIAL IMPACTS OF COVID-19: COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN URBAN AND UURAL AREAS OF BAIÃO, PARÁ

REGISTRO DOI: 10.69849/revistaft/th10249231642

Fabíola Campelo Ribeiro¹

Paula Rita da Silva de Menezes²

Dalmi Gama dos Santos³

Ulisses Weyl da C. Costa⁴

Resumo

O presente artigo analisa as desigualdades econômicas exacerbadas pela pandemia de COVID-19, comparando os impactos entre áreas urbanas e rurais de Baião, Pará. A pesquisa, conduzida no âmbito do Projeto IoT para Monitoramento de COVID-19, coleta dados quantitativos que revelam as dificuldades enfrentadas por comunidades de baixa renda e vulneráveis, com destaque para a zona rural, onde problemas de acesso a serviços essenciais agravam a situação. Paralelamente, foi realizada uma pesquisa de campo na Zona Rural em tendo os dados coletados na Vila de

Massaranduba como base para a análise sobre as dificuldades locais. Os resultados indicam a necessidade de políticas públicas direcionadas para mitigar os efeitos da pandemia de forma equitativa, considerando as especificidades de cada região. A triangulação dos dados permite uma visão abrangente e detalhada, fornecendo subsídios para estratégias de recuperação mais justas e inclusivas.

Palavras-chave: Desigualdades Regionais. Disparidades Econômicas. Estudo Comparativo. Pandemia de COVID-19. Áreas Urbanas e Rurais.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 desencadeou uma série de desafios econômicos sem precedentes, afetando significativamente o panorama mundial. As restrições de mobilidade, a queda nas atividades comerciais e as medidas de lockdown tiveram um impacto profundo nas vidas das pessoas e em suas condições financeiras. Um dos impactos mais imediatos foi a perda de empregos ou a redução de horas de trabalho para muitos trabalhadores em setores diretamente afetados pela pandemia, como hospitalidade, turismo e varejo. Além disso, houve uma diminuição significativa nas atividades comerciais, ocasionando dificuldades financeiras para muitos proprietários de pequenas empresas. Segundo dados do IBGE/IPEA, as regiões rurais da Amazônia enfrentam desafios econômicos significativos, que se manifestam em altas taxas de pobreza e acesso limitado a serviços básicos, contrastando com áreas urbanas mais desenvolvidas.

No contexto da atual crise econômica, observou-se uma tendência de redução nos gastos em atividades consideradas não essenciais, tais como viagens, entretenimento e restaurantes, o que afetou negativamente os setores relacionados a essas atividades. Em algumas áreas, a insegurança alimentar tornou-se uma preocupação mais proeminente devido às dificuldades econômicas, especialmente para aqueles que dependem da agricultura de subsistência ou de mercados locais. A pandemia exacerbou as desigualdades econômicas existentes, afetando desproporcionalmente

as comunidades de baixa renda, minorias étnicas e grupos vulneráveis. Conforme o Banco Mundial (2022, p.02), “Em 2020, o Brasil estava prestes a enfrentar perturbações socioeconômicas de proporções históricas. O início da pandemia da COVID-19 quebrou vários recordes brasileiros indesejáveis.”

Os impactos econômicos da pandemia no Brasil foram significativos e abrangentes. Primeiramente, o fechamento de empresas e a imposição de medidas de distanciamento social levaram a uma queda abrupta na atividade econômica em vários setores, incluindo comércio, turismo e serviços em geral. Isso resultou em uma redução drástica na produção, no consumo e no investimento, afetando negativamente o crescimento econômico do país. A crise sanitária exacerbou as desigualdades socioeconômicas preexistentes no Brasil. Populações vulneráveis, como trabalhadores informais, pequenos empresários e comunidades carentes, foram particularmente afetadas, enfrentando dificuldades financeiras, perda de empregos e aumento da pobreza.

Neste contexto, as regiões Norte e Nordeste se destacam como áreas especialmente afetadas, devido à concentração de índices mais elevados de analfabetismo e baixa escolaridade. No estado do Pará, a pandemia impactou diretamente a taxa de desemprego, com medidas para promover o distanciamento social e restringir as operações comerciais para controlar a propagação do vírus. Muitas empresas sofreram, resultando em cortes de empregos e redução do horário de trabalho. Setores como o turismo, o comércio e os serviços foram especialmente atingidos, resultando em um aumento significativo do desemprego.

No que diz respeito aos impactos econômicos agravados pela crise mundial, além de afetar nossa região, as localidades rurais do estado sofreram ainda mais com as desigualdades econômicas. “Os pobres rurais do Brasil continuam a ser os mais desfavorecidos em diversas dimensões” (Banco Mundial, 2022, p.10). Diante desses desafios, este estudo se propõe a analisar as dificuldades econômicas enfrentadas tanto nas zonas

urbanas quanto nas rurais durante a pandemia de COVID-19, visando destacar as diferenças nas experiências econômicas vivenciadas por cada localidade e identificar as dificuldades impostas pelo isolamento social.

A justificativa do estudo enfatiza a importância de compreender as complexas consequências da pandemia de COVID-19, destacando as vulnerabilidades das famílias e dos sistemas de saúde em áreas rurais. O artigo ressalta o descaso social e econômico, especialmente em regiões rurais, e como isso afetou o acesso a serviços de saúde básicos e a subsistência das famílias. O objetivo geral do estudo é analisar os impactos sociais e econômicos sofridos pela vila de Massaranduba e pela cidade de Baião durante a pandemia de COVID-19. Os objetivos específicos incluem a identificação das dificuldades impostas pelo isolamento social e a análise dos dados obtidos na pesquisa do projeto de monitoramento Tocantins (IoT), entre outros.

Por fim, o artigo aborda a dependência da agricultura na economia local das áreas rurais e como a falta de acesso aos mercados afetou os agricultores. Uma pesquisa abrangente comparou as questões econômicas entre áreas urbanas e rurais, destacando disparidades econômicas e os desafios enfrentados pela população em ambos os contextos. Por meio dessa análise, visamos entender como as comunidades se adaptaram e as lições aprendidas para enfrentar futuras crises.

O estudo destaca nuances específicas nas zonas rurais e urbanas da cidade de Baião-PA, onde as dificuldades geográficas agravam os desafios colocados pela pandemia. Ao examinar a resposta do governo do estado e da Universidade Federal do Pará (UFPA) por meio do projeto Monitora Tocantins, o artigo destaca como medidas de distanciamento social, uso de máscaras e suspensão de eventos têm sido avanços para conter a disseminação do COVID-19. Além disso, a imunização em massa tornou-se crítica, mas os obstáculos enfrentados por algumas partes do estado complicam a eficácia do processo. O estudo no projeto IoT

concentrou-se em Baião, uma das cidades onde o projeto foi sediado (Baião, Cametá, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru), enfatizando diferenças de abordagens e impactos nos domicílios rurais e urbanos.

A triangulação dos dados obtidos durante a pesquisa de campo visa fornecer uma compreensão mais profunda das consequências econômicas e sociais, contribuindo assim para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes. O artigo fornece uma análise detalhada das realidades vividas por essas comunidades, respondendo à questão central: “Que impactos econômicos e sociais afetam as famílias de forma diferente com base na geografia?” Além disso, examina como a triangulação de dados coletados, juntamente com os dados do projeto IoT, pode aumentar a veracidade da pesquisa e influenciar o desenvolvimento de políticas públicas.

Através da análise das experiências dessas famílias e da colaboração da universidade com as comunidades, este artigo planeja auxiliar as pessoas a compreender as complexidades enfrentadas durante a pandemia e fornecer informações para respostas mais equitativas e eficazes em relação a crises futuras. Na situação específica da comunidade de Massaranduba, é de extrema importância que o município se concentre no enfrentamento da questão do desemprego. O principal objetivo deve ser a elaboração de um plano abrangente que englobe vários elementos, como o reforço de setores resilientes face à pandemia, a atribuição de recursos à formação profissional e a geração de novas oportunidades de emprego.

Além disso, é crucial implementar políticas públicas eficientes, incluindo a concessão de incentivos fiscais e assistência financeira às pequenas empresas. Essas medidas podem contribuir significativamente para a recuperação econômica e, em última análise, resultar em uma diminuição das taxas de desemprego, promovendo assim uma recuperação mais rápida e sustentável para todos os cidadãos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

A pandemia teve um impacto profundo na economia, com consequências significativas em diversos setores. Houve uma redução drástica na atividade econômica, isso resultou no fechamento de empresas e perda de empregos em larga escala.

A economia do Brasil enfrentou a pior recessão já registrada, com uma queda real de -4,7% no Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2020, superando o recorde anterior de -4,4% em 2015. Os fechamentos relacionados à pandemia e outras medidas resultaram em uma saída em massa e sem precedentes de trabalhadores, com aproximadamente 10 milhões de pessoas deixando a força de trabalho entre o terceiro trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2020. Para aqueles que permaneceram na força de trabalho, as oportunidades de emprego foram escassas, sendo a taxa de desemprego de 14,6% no terceiro trimestre de 2020. (BANCO MUNDIAL, 2022, p.02).

Começando como uma crise sanitária, a pandemia da COVID-19 afectou rapidamente a população numa vasta gama de outras dimensões, com implicações para a pobreza e a equidade que podem estender-se muito para além do período da pandemia. No curto prazo, para o bem-estar monetário, o impacto da pandemia afetou os rendimentos do trabalho, os rendimentos não laborais e os preços. (BANCO MUNDIAL, 2022, p.110).

De abril a julho de 2020, as medidas restritivas de movimentação e distanciamento social implementadas pelas autoridades municipais e estaduais para combater o avanço do vírus têm consequências imediatas no emprego e na renda da população. Os trabalhadores autônomos foram os mais afetados inicialmente pela crise, enquanto os empregados

formais conseguiram manter seus empregos por um tempo devido aos custos de demissão e contratação que as empresas teriam que assumir. (DA SILVA E DA SILVA, 2020).

De acordo com Silva Et al (2020, p. 132), “O caráter transescalar diz respeito à forma como o mundo inteiro foi afetado pelo surto da COVID-19, gerando impactos negativos no mercado financeiro, na produção e no consumo”. A COVID-19 afetou globalmente diversos setores, como o mercado financeiro, a produção e o consumo. O termo “caráter transescalar” destaca como esses impactos ultrapassaram fronteiras e afetaram o mundo como um todo. A crise sanitária trouxe consequências negativas que ainda estamos enfrentando e que demandam ação e soluções globais.

Ainda em consonância com Silva Et Al,

Estruturas econômicas de todo o mundo foram abaladas pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), principalmente os países designados como subdesenvolvidos ou emergentes. Contudo, devido ao grande impacto provocado pela COVID-19, até os países mais articulados financeiramente tiveram suas economias abaladas. (SILVA ET AL, 2020, p. 132).

Com tantos impactos causados pela pandemia na economia, o auxílio emergencial foi de suma importância para mantimento do sustento familiar no Brasil, pois programa de auxílio emergencial implementado pelo governo do Brasil proporcionou um suporte crucial para numerosas famílias, especialmente aquelas situadas na base da pirâmide de distribuição de renda. O auxílio emergencial teve um impacto considerável para aqueles que se encontravam na faixa intermediária da

distribuição de renda, representando cerca de 20% de sua renda total entre maio e setembro. (BANCO MUNDIAL, 2022, p.05).

No entanto a ajuda emergencial proporcionada pelo governo teve redução no segundo ano da pandemia da COVID-19, na qual desencadeou consequências de desemprego elevados. As estatísticas de desemprego se mantiveram em patamares superiores aos registrados antes da pandemia durante o ano de 2021. As famílias enfrentaram uma significativa perda no seu poder aquisitivo, uma vez que o custo de vida experimentou um aumento de mais de 9,8%. Quase metade (44,6%) dos lares reportaram uma diminuição no rendimento familiar total em comparação com o período anterior à pandemia. Por fim, quase 40% (38,7%) dos agregados familiares afirmaram não ser capazes de suprir suas necessidades básicas. Os ganhos de bem-estar temporários observados em 2020 dissiparam-se rapidamente e a taxa de pobreza em 2021 aumentou aproximadamente 6 pontos percentuais. (BANCO MUNDIAL, 2022, p.05).

De acordo com o Relatório especial (2021, p.29) feito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), “é possível notar, que o volume de vendas no comércio foi ainda mais afetado que o volume de serviços, tendo registrado em abril de 2020 uma dimensão 16,2%”. Como pode ser observado pelo declínio de 16,2% no volume de vendas registrado, indica uma forte queda nas transações comerciais, indicando uma redução na demanda por produtos, incluindo fechamentos de lojas físicas.

Outrossim a crise abrangeu todo país, no entanto foi mais agravante ao norte e nordeste do Brasil, conforme o Banco Mundial (2022, p.04), “os residentes no Norte e Nordeste, grupos caracterizados por uma escolaridade mais baixa e uma maior propensão para trabalhar informalmente ou por conta própria, experimentaram grandes quedas nas suas taxas de emprego em 2020”. “A diferença foi maior no Nordeste, uma das regiões mais pobres do Brasil, onde a diferença no envolvimento escolar entre o momento da pesquisa e antes da pandemia era de 14,7

pontos percentuais. Em outros estados, essa diferença variou entre 6 a 7 por cento”. (BANCO MUNDIAL 2022, p.115).

Os estados do Norte têm taxas de pobreza 2,7 vezes mais elevadas do que os estados do Sul, o rendimento per capita é em média cerca de 52 por cento mais baixo, a população adulta tem menos 1,5 anos de educação e o acesso das pessoas ao saneamento e à água é ambos 8 pontos percentuais mais baixo. (BANCO MUNDIAL, 2020, p.08).

As taxas de emprego dos residentes no norte e nordeste, grupos caracterizados por uma escolaridade mais baixa e uma maior propensão para trabalhar informalmente ou por conta própria, desencadeou uma crise econômica sem precedentes, afetando diretamente diferentes setores da sociedade. No caso dos residentes nortistas regiões que historicamente já enfrentam desafios socioeconômicos, os efeitos foram ainda mais significativos. Ademais, não podemos deixar de citar as consequências sofridas pelas zonas rurais, que por sua vez vivem da agricultura, conforme Da Silva Et Al, (2020, p.77), “Populações rurais no interior da Amazônia têm enfrentado ainda mais dificuldades em virtude da pandemia da COVID-19 por se localizarem em áreas classificadas como de maior vulnerabilidade”. Além dos desafios enfrentados pelos residentes no desenvolvimento de suas cadeias produtivas, estes ainda necessitam percorrer longas distâncias até as sedes municipais principais a fim de utilizar serviços essenciais e não essenciais, bem como para o escoamento e comercialização de sua produção. (DA SILVA ET AL, 2020, P.81).

O escoamento da produção oriunda das atividades da agricultura familiar, como os produtos que estão em plena safra, frutas in natura dos sítios agroflorestais e das florestas, polpas, farinha e outros derivados da mandioca, e também da atividade da pesca artesanal, têm sido pouco comercializados nos centros urbanos e muitos produtos, principalmente as frutas, têm sido perdidas,[...] Em razão das pessoas estarem evitando o deslocamento para os centros consumidores, a autonomia financeira das famílias tem sido impactada. Uma vez que quase a totalidade da produção agrícola das unidades familiares é comercializada nestes locais, torna-se evidente os impactos causados pela pandemia nas cadeias produtivas que essas populações podem vivenciar quando são obrigadas a adotar restrição de mobilidade ou interação com estes centros. (DA SILVA ET AL, 2020, p.83).

A restrição de mobilidade e o receio das pessoas em se deslocarem aos centros urbanos devido à pandemia causou a não comercialização desses produtos, resultando em perdas significativas. Como a maioria da produção agrícola das famílias é vendida nesses locais, os impactos nas cadeias produtivas são evidentes, além dos danos econômicos, a ausência de comercialização afeta diretamente a autonomia financeira das famílias, que dependem dessas vendas para sua subsistência. A pandemia teve um impacto devastador nas atividades agrícolas, especialmente para os pequenos produtores rurais, que dependem de mercados locais e de um escoamento contínuo de sua produção. Conforme Futemma et al. (2021), a interrupção das cadeias de suprimento e a diminuição da demanda por

produtos agrícolas levaram muitos produtores a sucumbir diante das dificuldades.

No Pará, de forma geral, os PPR normalmente vendem seus produtos a intermediários ou vendem diretamente ao consumidor em feiras livres ou mercados. Mesmo os agricultores de produtos orgânicos ou agroecológicos enfrentam maiores dificuldades do que seus pares no estado de São Paulo, pois há uma menor classe média que consome esses produtos e com maior valor agregado (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2019). Eles também enfrentam grandes barreiras com relação às estradas e pontes precárias e ao transporte deficiente para escoar seus produtos agrícolas que, em geral, são perecíveis. (FUTEMMAL ET AL, 2021, p.5).

Em consoante com Breitenbach (2021, p. 190), “como o isolamento social e o fechamento do comércio foram medidas de urgência, não foi possível, para muitos agricultores, se adequarem rapidamente a esse novo cenário de mercado”. Essas restrições têm o potencial de agravar a situação de insegurança alimentar e pobreza, sendo esses desafios mais prevalentes nas áreas rurais do que nas urbanas. Com a interrupção das cadeias de suprimentos e o fechamento de canais de venda tradicionais, os agricultores enfrentaram dificuldades para escoar seus produtos e encontrar novos mercados. Além disso, as restrições de mobilidade também afetaram a mão de obra agrícola e o acesso a insumos essenciais, complicando ainda mais a situação. Em suma, embora as medidas de isolamento tenham sido necessárias para enfrentar a crise

sanitária, é crucial reconhecer os impactos desproporcionais que tiveram sobre os agricultores e trabalhar para mitigar esses efeitos adversos.

A restrição das opções de comercialização para os agricultores familiares, que tradicionalmente vendem seus produtos em feiras livres ou fornecem para estabelecimentos como restaurantes, bares, shoppings e hotéis, teve um impacto significativo. Esse problema foi agravado pelas dificuldades enfrentadas por esse setor para se inserir nas cadeias agroalimentares tradicionais (BREITENBACH, 2021, p. 190). A limitação das opções de comercialização para os agricultores familiares implicou em uma série de impactos significativos. Primeiramente, esses agricultores perderam importantes canais de venda, como feiras livres e estabelecimentos comerciais, o que reduziu suas fontes de renda. Além disso, a dependência desses agricultores em fornecer para restaurantes, bares, shoppings e hotéis os expôs diretamente às restrições impostas pelo fechamento desses estabelecimentos durante períodos de isolamento social. Como resultado, muitos agricultores enfrentaram dificuldades financeiras e de escoamento de seus produtos, o que pode ter levado a perdas econômicas significativas. Essa situação também afetou a segurança alimentar das comunidades atendidas por esses agricultores, uma vez que a interrupção no fornecimento pode ter resultado em escassez de alimentos frescos e locais. Além disso, o impacto psicológico e emocional sobre os agricultores, ao verem seus meios de subsistência ameaçados, não deve ser subestimado. Em resumo, a limitação das opções de comercialização teve consequências abrangentes, afetando não apenas os agricultores familiares, mas também as comunidades que dependem de sua produção.

Aproximadamente 60% dos trabalhadores rurais em situação de pobreza estão empregados no setor agrícola – um setor que tem apresentado uma tendência de longo prazo de declínio e provavelmente continuará a diminuir, apesar do crescimento do setor. É provável que pessoas em condições de pobreza rural trabalhem em uma das propriedades familiares do Brasil. (BANCO MUNDIAL, 2022, p.96). Após ter registrado

uma queda significativa em 2020, os setores da indústria e dos serviços conseguiram superar os níveis pré-pandemia. Porém, o setor agrícola permaneceu estagnado. O equilíbrio fiscal e o aumento da dívida em 2020 podem ser explicados pelo estímulo fiscal implementado pelo governo para enfrentar a pandemia. (BANCO MUNDIAL, 2022, p.108).

A pandemia da COVID-19 acarretou inúmeros problemas econômicos em todos os setores financeiros e em todo o país, no entanto na zona rural, os impactos econômicos foram ainda mais desafiadores. Muitos agricultores e trabalhadores rurais enfrentaram dificuldades para escoar a produção, devido às restrições de mobilidade e ao fechamento de mercados.

3 METODOLOGIA

A metodologia foi cuidadosamente planejada para garantir a coleta precisa de dados que permitissem uma análise abrangente das desigualdades econômicas e sociais nas áreas urbanas e rurais de Baião, durante a pandemia de COVID-19. A abordagem adotada combinou técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa, permitindo que o levantamento de dados fosse feito de maneira sistemática e rigorosa. Além disso, o estudo utilizou a triangulação de dados, que visa aumentar a validade das informações ao cruzar diferentes fontes e métodos de coleta.

3.1 Coleta de Dados

A coleta de dados foi conduzida como parte do **Projeto Monitora Tocantins (IoT)**, que teve como principal objetivo monitorar os efeitos da pandemia e as taxas de imunização nas regiões do Baixo Tocantins. A fase de coleta de dados começou em agosto de 2021, com a seleção e treinamento de bolsistas para realizar as entrevistas em campo. As sessões de treinamento ocorreram em Cametá-PA, preparando os participantes para aplicar questionários padronizados tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais.

Os dados foram coletados por meio de um questionário estruturado, aplicado em cinco cidades da região, com foco em Baião, em especial na vila de Massaranduba (zona rural) e na sede do município (zona urbana). O questionário foi projetado para coletar informações socioeconômicas abrangentes, abordando tópicos como:

- **Características demográficas** (idade, sexo, nível educacional, composição familiar);
- **Situação ocupacional** (trabalho formal, informal, desemprego);
- **Renda familiar** (mudanças na renda durante a pandemia, principais fontes de renda);
- **Acesso a serviços públicos** (saúde, educação, assistência social);
- **Impactos econômicos da pandemia** (dificuldades financeiras, acesso a auxílio governamental, endividamento);
- **Impactos na saúde e imunização** (acesso à vacinação, infecções por COVID-19);
- **Agricultura e comercialização** (produção agrícola, escoamento de produtos, acesso a mercados).

As entrevistas foram realizadas de forma presencial, respeitando os protocolos de segurança sanitária, com os entrevistadores equipados com máscaras, álcool em gel e mantendo o distanciamento social recomendado.

3.2 Amostragem

O estudo utilizou uma **amostragem estratificada** para garantir a representatividade tanto das áreas urbanas quanto das rurais. A amostra total incluiu **4.884 entrevistados** nas cinco cidades do Baixo Tocantins abrangidas pelo projeto. O total de entrevistados na cidade de Baião (meio urbano e rural) foram de **1.116 entrevistados**. Dentre as comunidades da área rural de Baião, particularmente focamos na vila de Massaranduba que foi selecionada por representar um exemplo típico das comunidades rurais do Baixo Tocantins (Baião, Mocajuba, Cametá,

Limoeiro do Ajuru e Oeiras) com características geográficas e econômicas que acentuam as vulnerabilidades.

A pesquisa evidenciou a menor concentração de entrevistados nas áreas rurais, representando cerca de 19,85% do total. Esta informação reforça a relevância de destacar as comunidades rurais para uma análise mais precisa das consequências econômicas da pandemia. Os resultados mostram que as áreas rurais tiveram problemas significativos devido à geografia, como o acesso restrito aos mercados e a baixa renda familiar, o que aumentou a dependência da agricultura. A investigação, que incluiu uma amostra de 348 entrevistas na cidade de Baião e 70 famílias da Vila de Massaranduba, tem como objetivo identificar discrepâncias entre áreas urbanas e rurais. Os dados evidenciam discrepâncias significativas nas taxas de desemprego, obstáculos sanitários e financeiros enfrentados durante a quarentena, enfatizando a vulnerabilidade das áreas rurais em relação à pandemia. Esta comparação objetiva fornecer uma base para a elaboração de políticas públicas mais eficazes e abrangentes que atendam às demandas de diferentes regiões.

A amostra foi dividida em dois principais grupos:

- **Área urbana:** 80,1% dos entrevistados foram residentes da área urbana nas cinco cidades do projeto.
- **Área rural:** 19,85% dos entrevistados foram moradores da zona rural nas cinco cidades, com uma proporção significativa de entrevistados pertencentes à vila de Massaranduba. Especificamente na zona rural de Baião tivemos na

A amostragem seguiu critérios que buscavam contemplar diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade e situações ocupacionais, para garantir a diversidade de perfis dos participantes.

3.3 Tratamento de Dados

Após a coleta, os dados foram organizados e processados utilizando ferramentas de análise estatística e software de tratamento de dados. As etapas de tratamento de dados envolveram:

1. **Codificação e Organização:** Os questionários preenchidos foram digitalizados e codificados para permitir a análise quantitativa. Cada variável (idade, ocupação, nível de renda, etc.) foi transformada em um código numérico para facilitar o processamento.
2. **Limpeza de Dados:** Foi realizada uma revisão cuidadosa, utilizando a linguagem de programação em Python, dos dados para eliminar inconsistências, como respostas incompletas ou erros de digitação. Respostas ambíguas foram verificadas e, quando necessário, excluídas do banco de dados para evitar distorções nos resultados.
3. **Análise Descritiva:** Utilizou-se a **análise descritiva** para calcular medidas como médias, medianas, desvios-padrão e frequências relativas, a fim de traçar um perfil socioeconômico básico dos entrevistados. Por exemplo, foi calculado o percentual de entrevistados por faixa etária, nível de escolaridade e situação ocupacional, comparando os dados entre as áreas urbanas e rurais.
4. **Correlação de Variáveis:** A análise inferencial incluiu o cálculo de correlações entre variáveis chave, como a relação entre **renda familiar** e **acesso a serviços públicos**, ou entre **nível educacional** e **endividamento**. Essas correlações permitiram identificar padrões e tendências que indicam como diferentes grupos populacionais foram afetados de maneiras distintas durante a pandemia.
5. **Visualização de Dados:** Os resultados foram apresentados por meio de gráficos e tabelas, facilitando a interpretação dos dados coletados. Os gráficos ilustram, por exemplo, a divisão da amostra por faixa etária e a comparação entre os impactos econômicos nas áreas urbanas e rurais. Essas representações visuais são fundamentais para uma análise clara e objetiva das informações.

3.4 Triangulação de Dados

Para aumentar a robustez e a validade dos resultados, foi adotada a técnica de **triangulação de dados**. Essa técnica consistiu em cruzar os dados quantitativos coletados nas entrevistas com outras fontes de dados secundários, como relatórios de governo e estudos anteriores sobre os impactos da pandemia na região do Baixo Tocantins. A triangulação também incluiu a análise de políticas públicas implementadas durante a pandemia, como o auxílio emergencial e as campanhas de vacinação, permitindo uma visão mais integrada e completa dos fenômenos investigados.

3.5 Limitações do Estudo

Embora a pesquisa tenha sido conduzida de maneira abrangente, algumas limitações devem ser mencionadas. A dificuldade de acesso a áreas rurais remotas, como a vila de Massaranduba, pode ter influenciado a representatividade de alguns dados, especialmente no que diz respeito à coleta de informações de comunidades mais isoladas. Além disso, algumas respostas dos entrevistados podem ter sido influenciadas pelo contexto emocional e social vivenciado durante a pandemia, o que pode gerar viés nas percepções relatadas.

No entanto, o uso de uma amostragem representativa e a triangulação de dados mitigaram parcialmente essas limitações, permitindo que o estudo oferecesse um panorama confiável e detalhado das desigualdades socioeconômicas exacerbadas pela pandemia.

Em resumo, a metodologia adotada neste estudo foi estruturada para garantir a coleta e a análise rigorosa dos dados, com foco em entender as disparidades socioeconômicas entre as áreas urbanas e rurais de Baião durante a pandemia de COVID-19. A combinação de técnicas quantitativas e qualitativas, juntamente com a triangulação de dados, permitiu uma análise detalhada das realidades vividas por essas comunidades, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

3.6 A Utilização da Linguagem Python para o tratamento dos dados

A coleta de dados para este estudo foi realizada por meio do Projeto Monitora Tocantins (IoT), que envolveu entrevistas com 4.884 participantes nas cinco principais cidades da região. O foco foi a comparação entre as áreas urbanas e rurais da cidade de Baião. A amostra foi dividida entre 80,1% de entrevistados da área urbana e 19,85% da área rural, refletindo as dificuldades logísticas de acesso a comunidades como Massaranduba, uma vila isolada.

O tratamento dos dados foi realizado utilizando ferramentas de análise estatística baseadas em Python, com uso das bibliotecas Pandas e NumPy para organização e processamento dos dados. Técnicas de correlação foram aplicadas para identificar padrões entre variáveis como renda familiar, acesso a serviços públicos e impactos econômicos. A visualização dos dados foi feita utilizando as bibliotecas Matplotlib e Seaborn, criando gráficos que ilustram as disparidades entre as áreas urbanas e rurais (SILVA et al., 2020).

A metodologia adotada reconhece as limitações do estudo, incluindo possíveis vieses na coleta de dados e restrições geográficas que podem afetar a generalização dos resultados. A avaliação final enfatiza a importância da transparência na condução da pesquisa, discutindo abertamente as limitações e os cuidados tomados para mitigá-las.

Ao combinar dados do projeto Monitora Tocantins com informações coletadas por meio de investigações e questionários próprios com perguntas correlacionadas com as do projeto Monitora , esta metodologia visa fornecer uma análise aprofundada e confiável dos impactos econômicos e sociais da pandemia em Baião-PA, especificamente na Vila de Massaranduba. A abordagem multidisciplinar e a triangulação de dados asseguram a robustez das conclusões, oferecendo informações valiosas para a criação de políticas públicas mais eficazes e equitativas, adaptadas às circunstâncias específicas da região.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

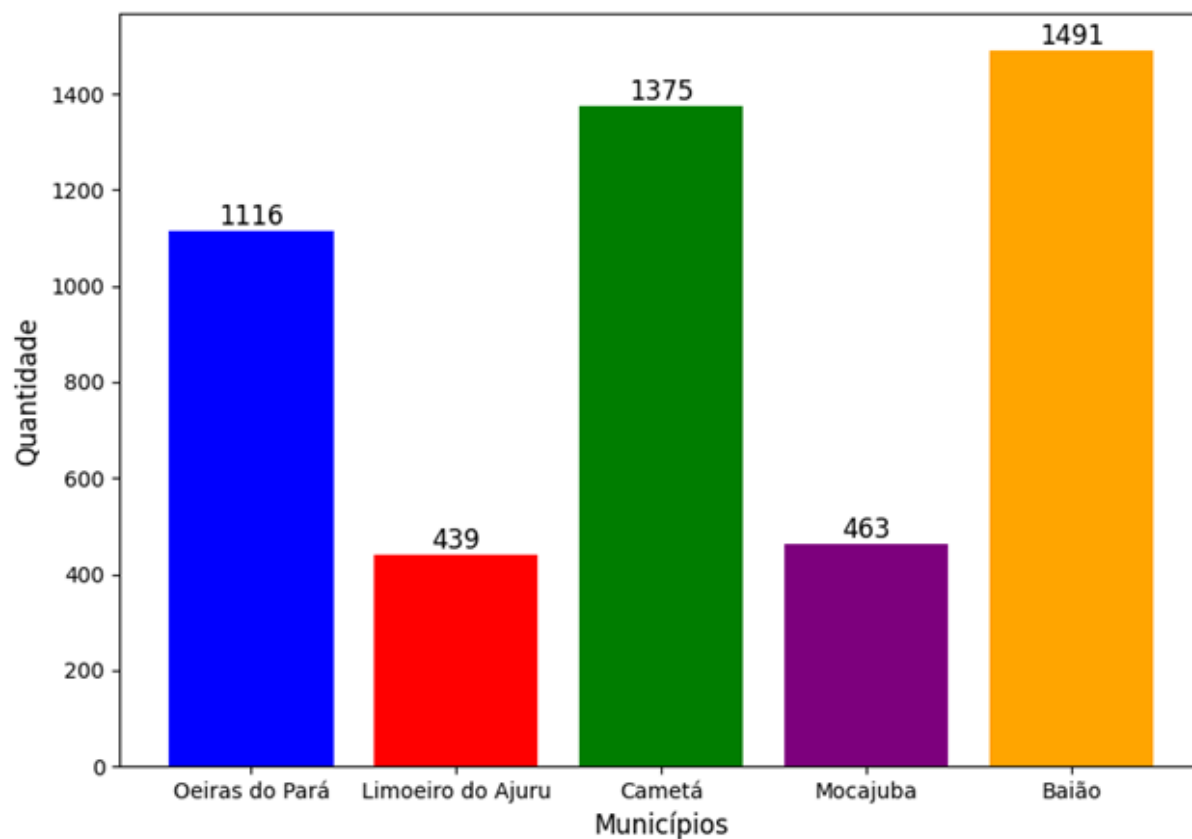
O projeto Monitora Tocantins foi desenvolvido com o intuito de obter uma compreensão abrangente sobre a situação vacinal da população e os desafios enfrentados pelas comunidades rurais durante a pandemia de COVID-19. A pesquisa busca gerar resultados expressivos tanto em pesquisa quanto em extensão, mapeando as disparidades entre as áreas urbanas e rurais e identificando os principais gargalos na implementação de políticas públicas nessas regiões.

A análise comparativa dos dados coletados em Baião com as tendências reportadas pelo IBGE para a região Norte revela uma discrepância acentuada entre as condições de vida rural e urbana, especialmente exacerbada durante a pandemia.

Ao empregar tecnologias avançadas para a coleta e análise de dados, como o uso da linguagem Python para o tratamento dos dados quantitativos, o projeto tem como foco fornecer uma visão mais clara e acessível para os órgãos públicos sobre o estado das políticas de saúde no campo, especialmente no que diz respeito à vacinação e outros recursos de saúde. Esses dados são essenciais para orientar a formulação de ações mais efetivas, visando melhorar as condições de vida dessas comunidades e promover uma recuperação equitativa.

Nos resultados a seguir, os dados coletados são apresentados por meio de gráficos, permitindo uma visualização direta e compreensível das informações. Esses gráficos revelam as diferenças significativas entre as áreas rurais e urbanas, além de fornecer uma análise detalhada sobre as faixas etárias, situação econômica e impacto das políticas de saúde pública durante o período pandêmico.

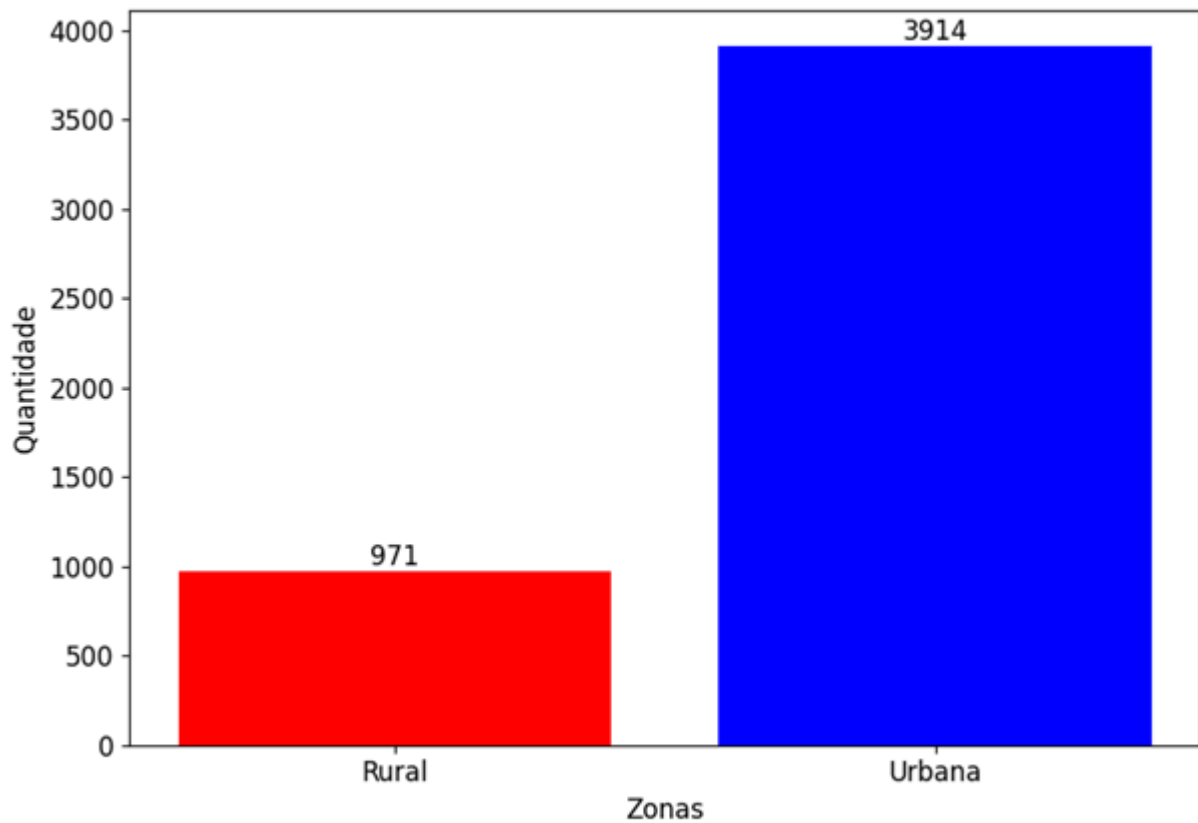
Figura 1: Entrevistados por município



Fonte: Projeto IoT (Monitora Tocantins)

O projeto Monitora Tocantins realizou 4.884 entrevistas, distribuídas entre cinco cidades-chave da região do Baixo Tocantins. O objetivo era obter o máximo de dados sobre os impactos da COVID-19 nessas áreas, enfatizando questões que, anteriormente, não eram claras ou precisas devido à geografia complexa da região. As cidades estudadas foram Baião, Cametá, Oeiras do Pará, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru, o que permitiu uma análise mais aprofundada das condições enfrentadas pelas populações locais durante a pandemia.

Figura 2: Área da Municipalidade



Fonte: Projeto IoT

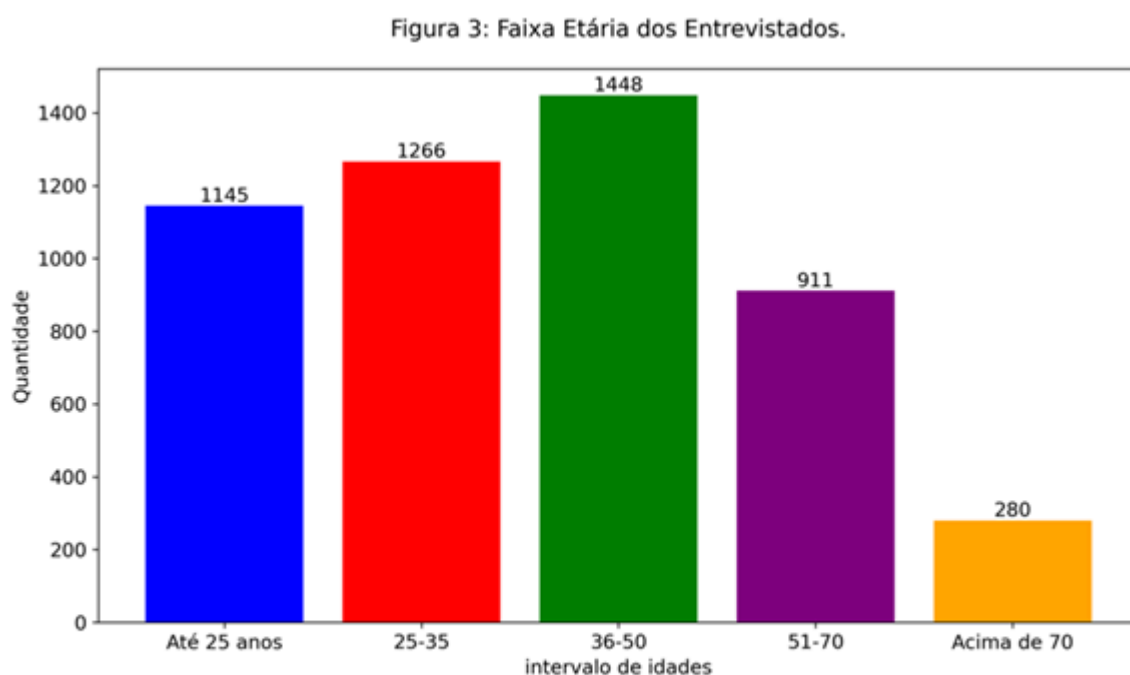
Os dados coletados pelo Projeto Monitora Tocantins ilustram as disparidades econômicas e sociais acentuadas pela pandemia de COVID-19, revelando uma forte correlação entre localização geográfica, faixa etária, nível de escolaridade, e o impacto econômico sofrido pelas comunidades urbanas e rurais. O objetivo central é apontar as falhas e insuficiências das políticas públicas durante a pandemia, oferecendo sugestões para uma abordagem mais equitativa e eficiente.

A concentração de 80,1% dos entrevistados em áreas urbanas reflete a maior facilidade de coleta de dados e a densidade populacional nestas regiões. No entanto, isso já revela um viés metodológico significativo, uma vez que as áreas rurais – mais dispersas e de difícil acesso – estão sub-representadas na amostra (19,85%). Esta disparidade é um reflexo direto da inadequada infraestrutura de saúde e acesso à informação nas zonas rurais, o que compromete a eficiência das políticas de resposta à pandemia nessas áreas. É imprescindível que futuras políticas incluam mecanismos de acesso mais eficientes para as áreas rurais, como equipes

móveis e plataformas digitais adaptadas para a realidade local, considerando limitações de acesso à internet e transporte.

A ênfase nas áreas urbanas ao alocar recursos revela uma falta de equidade na distribuição de auxílios e serviços essenciais, agravando as desigualdades entre urbano e rural. A sub-representação rural nos dados também questiona a validade das conclusões gerais, uma vez que grande parte dos problemas enfrentados pelas zonas rurais pode estar sendo minimizada.

O número significativo de entrevistados na área rural (3.914) em comparação com a área urbana (971) sugere uma ênfase maior nas áreas rurais pelo Projeto Monitora Tocantins. Essa ênfase pode indicar a necessidade de compreender melhor os efeitos da pandemia em áreas que, tradicionalmente, enfrentam maiores dificuldades em termos de acesso a serviços de saúde, infraestrutura e suporte financeiro. Estudos demonstram que áreas rurais estão mais sujeitas a crises sanitárias devido à falta de infraestrutura de saúde e aos recursos limitados (Garcia et al., 2019)



Fonte: Projeto IoT

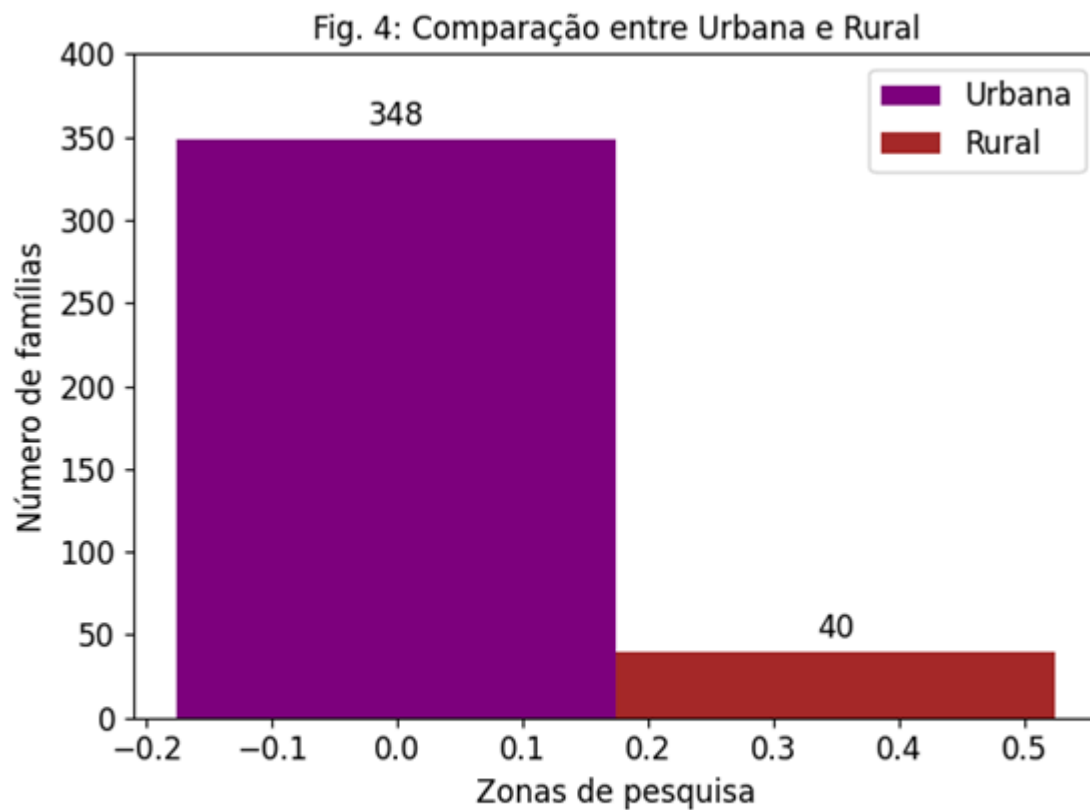
A Figura 3 apresenta a faixa etária predominante, 36-50 anos, reflete a maior proporção da população economicamente ativa, destacando que

esta faixa etária foi a mais afetada pela perda de renda e empregos. O baixo número de entrevistados com mais de 70 anos evidencia dificuldades de coleta e vulnerabilidade desse grupo, que requer políticas de saúde mais específicas.

As políticas de proteção social devem ser focadas nas faixas etárias economicamente ativas, oferecendo programas de requalificação profissional e suporte psicológico, já que estes indivíduos enfrentaram uma queda acentuada no mercado de trabalho. Para os mais idosos, é crucial facilitar o acesso a serviços de saúde e vacinação.

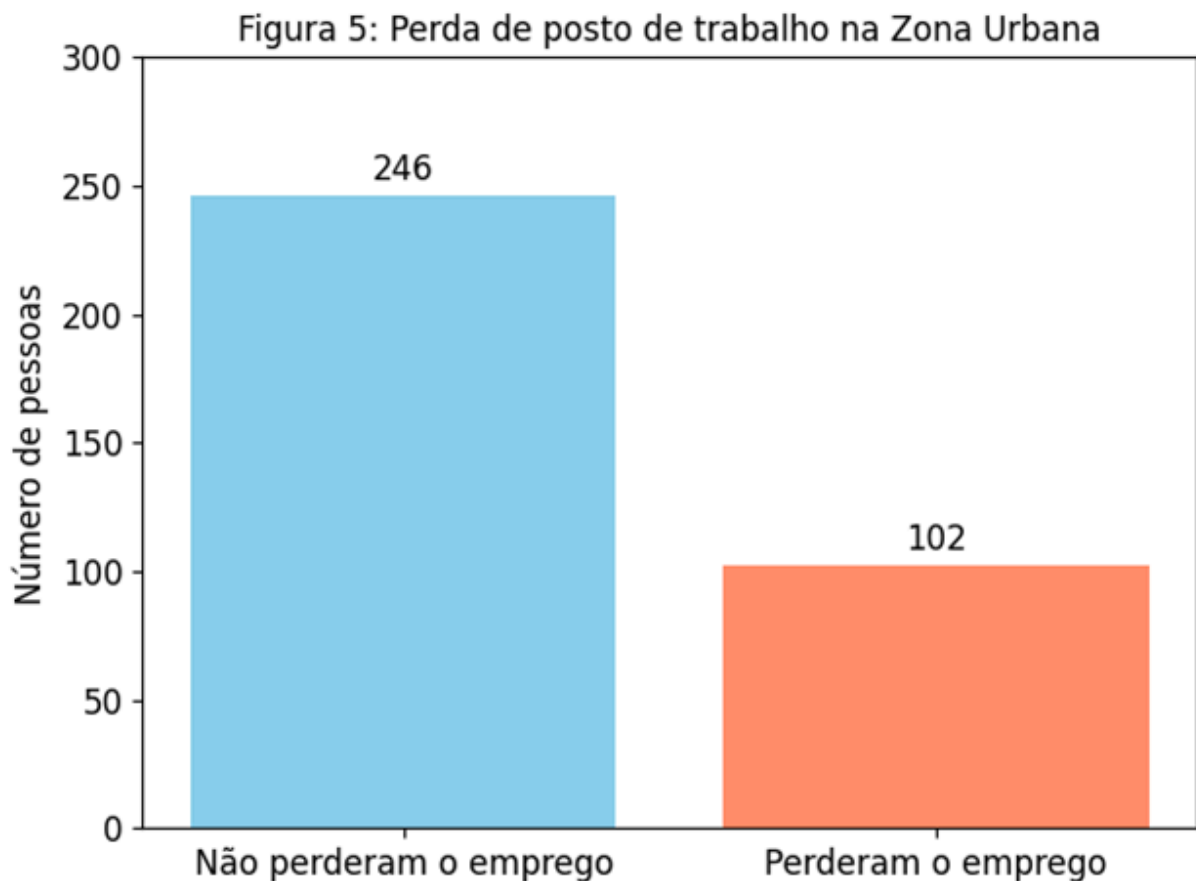
A ausência de uma política clara para a proteção de idosos é alarmante, especialmente em áreas rurais, onde o acesso a serviços de saúde é precário. Isso levanta a necessidade de políticas de proteção social direcionada, além de uma amostragem mais representativa em estudos futuros.

Dessa forma, a análise dos três gráficos revela a localização geográfica e etária dos entrevistados do Projeto Monitora Tocantins. As diferenças entre áreas rurais e urbanas, bem como entre diferentes faixas etárias, evidenciam a necessidade de políticas públicas voltadas para atender às necessidades específicas de cada grupo. É crucial compreender essas distribuições para elaborar estratégias eficientes e equitativas para minimizar os efeitos da pandemia de COVID-19.



Fonte: coleta de dados de pesquisa própria

O gráfico na fig.4 destaca a pesquisa local através de questionário próprio, realidade na zona urbana e rural, essa disparidade entre os números de entrevistados, 388, evidencia as dificuldades enfrentadas na coleta de dados nas áreas rurais. A geografia e o distanciamento das comunidades rurais apresentam desafios consideráveis, tornando o acesso a essas áreas mais difíceis.



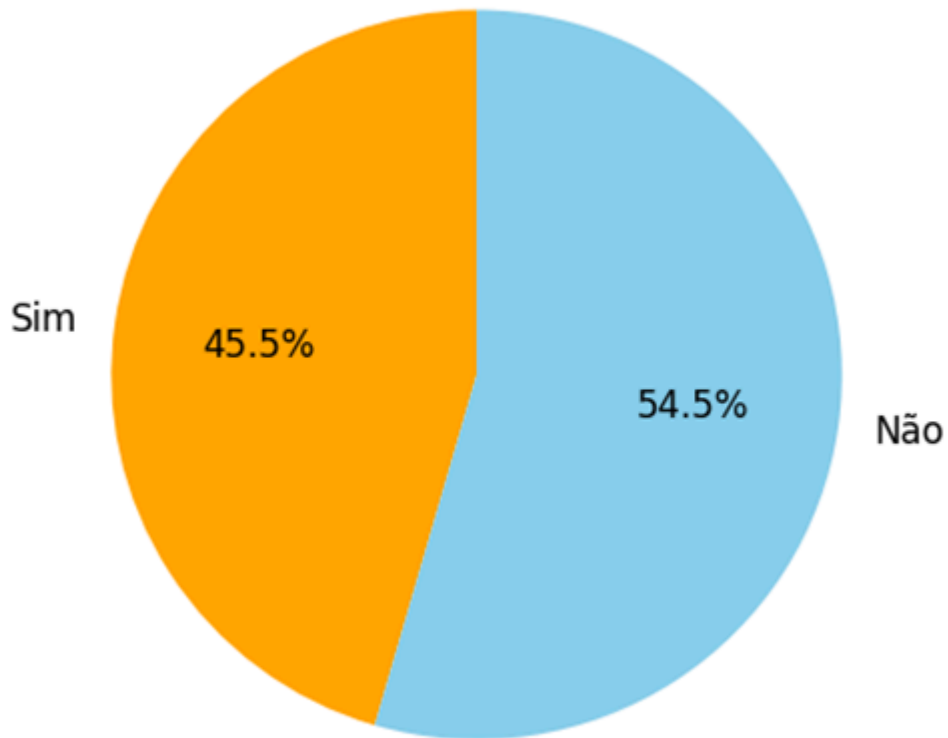
Fonte: coleta de dados de pesquisa própria

O gráfico na fig. 5 aponta a perda de empregos pelas pessoas entrevistadas na zona urbana de nossa pesquisa local, demonstrando que nas áreas urbanas, cerca de 246 entrevistados não perderam seus empregos, mas 102 pessoas relataram a perda de postos de trabalho. A redução de renda foi mais acentuada nas áreas rurais, onde 45,5% das famílias relataram uma diminuição significativa de seus ganhos. Esses dados mostram que as áreas urbanas tiveram um desempenho econômico um pouco mais resiliente devido à diversidade de empregos e à presença de setores formais.

É necessário um programa emergencial de recuperação de empregos que foque nas áreas rurais, incluindo subsídios agrícolas, suporte a empreendedores locais e investimento em infraestrutura rural, como mercados locais e escoamento de produção. A lentidão na resposta governamental ao desemprego nas áreas rurais destaca uma desconexão estrutural entre o que é necessário e o que foi implementado. As áreas

rurais foram negligenciadas no que diz respeito ao apoio financeiro, o que reforçou as vulnerabilidades já existentes.

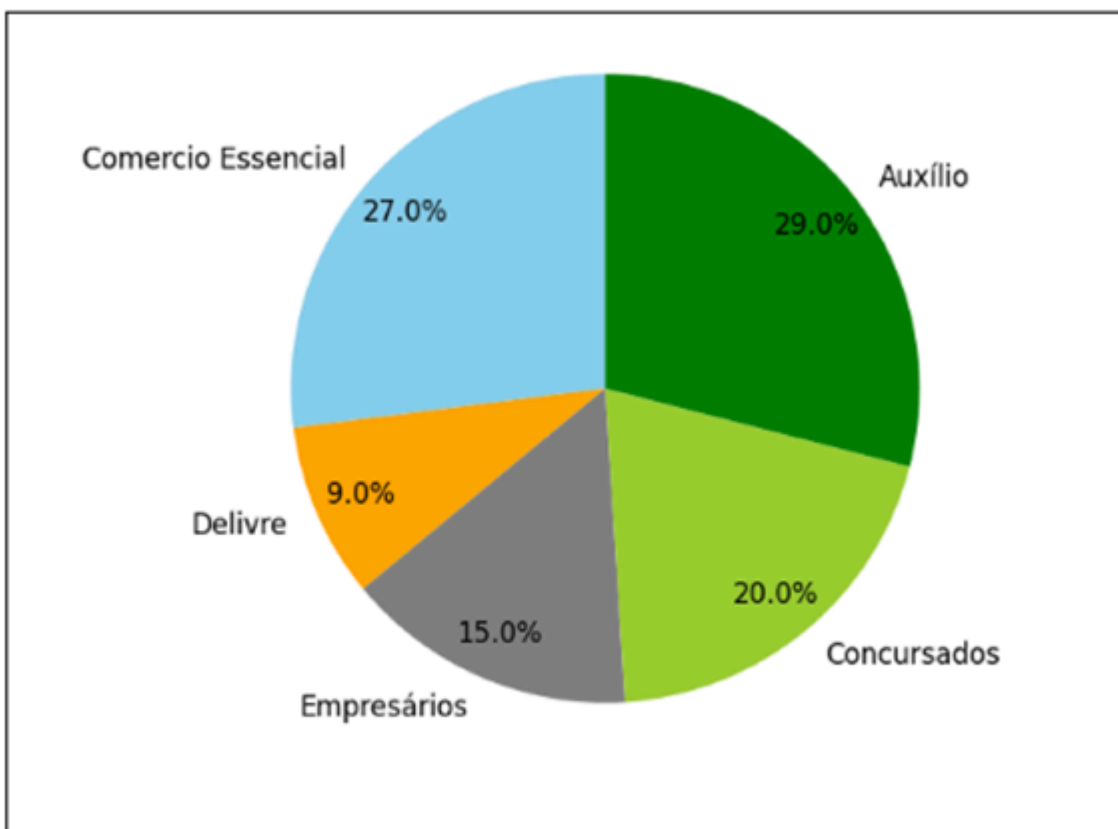
Fig.6: Perda de emprego ou redução da renda familiar



Fonte: Coleta de dados de pesquisa própria - Zona Rural

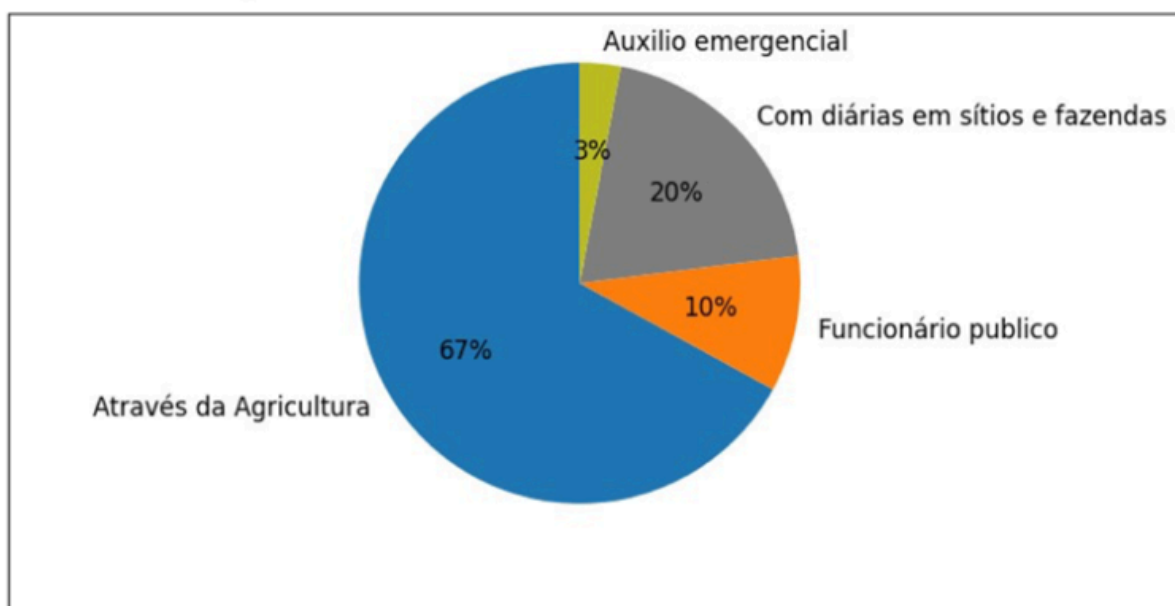
A análise dos gráficos referentes aos municípios de Baião e Vila de Massaranduba revela diferenças significativas entre a zona urbana e a zona rural no contexto de perda de empregos durante a pandemia. Em Massaranduba, na zona rural, a situação foi mais crítica. Esses dados evidenciam a disparidade entre as zonas urbana e rural, destacando como a área rural foi mais impactada economicamente durante a pandemia.

Figura 7: Manutenção da renda familiar na Zona Urbana



Fonte: Pesquisa própria

Figura 8: Como a família se manteve durante a Pandemia



Fonte: Pesquisa própria - Zona Rural

Esses dados evidenciam que a zona rural sofreu grandes dificuldades economicamente durante a pandemia em relação a zona urbana, a dependência maior da agricultura e a menor proporção de pessoas recebendo auxílio emergencial indicam uma vulnerabilidade econômica maior nas áreas rurais em comparação com os centros urbanas, enquanto nas áreas urbanas, a manutenção da renda foi possível com a ajuda de comércio essencial (27%), auxílio emergencial (29%), e servidores públicos

(20%), nas zonas rurais, 67% das famílias dependeram exclusivamente da agricultura (Figura 8). Além disso, apenas 3% das famílias rurais tiveram acesso ao auxílio emergencial, indicando que a dependência do setor agrícola tornou essas regiões muito mais vulneráveis à queda de renda.

A criação de programas de fomento à agricultura familiar, além de incentivos fiscais e acesso facilitado a mercados locais e internacionais, pode reduzir a dependência excessiva de um único setor. Cooperativas agrícolas e infraestrutura de escoamento são essenciais para garantir a continuidade da produção e comercialização durante crises futuras.

A dependência exclusiva da agricultura nas áreas rurais destaca a necessidade urgente de diversificação econômica. A ausência de investimentos em infraestrutura agrícola e programas de modernização do setor reforça a desigualdade estrutural entre áreas urbanas e rurais, perpetuando a vulnerabilidade econômica nas crises.

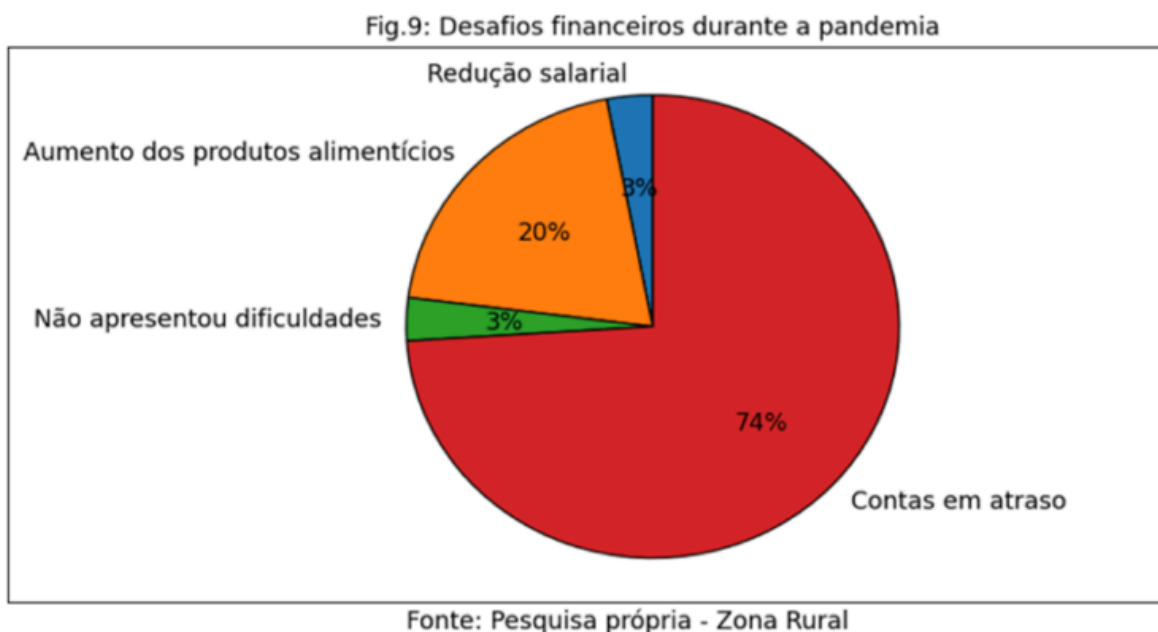
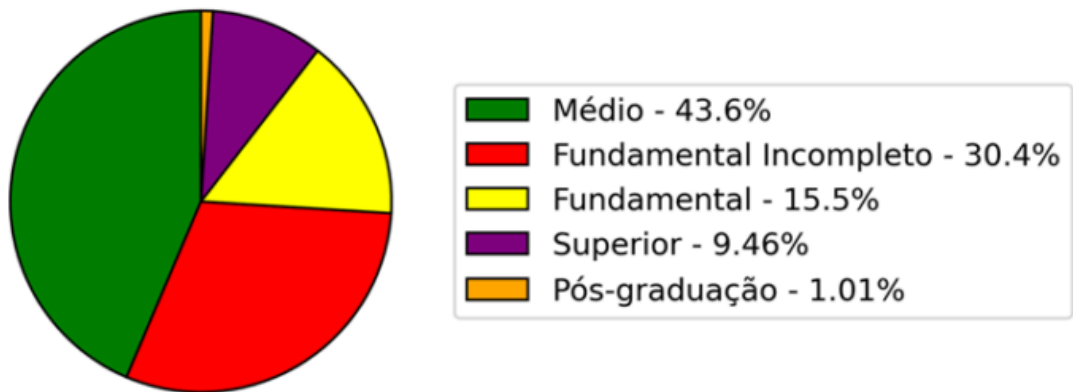


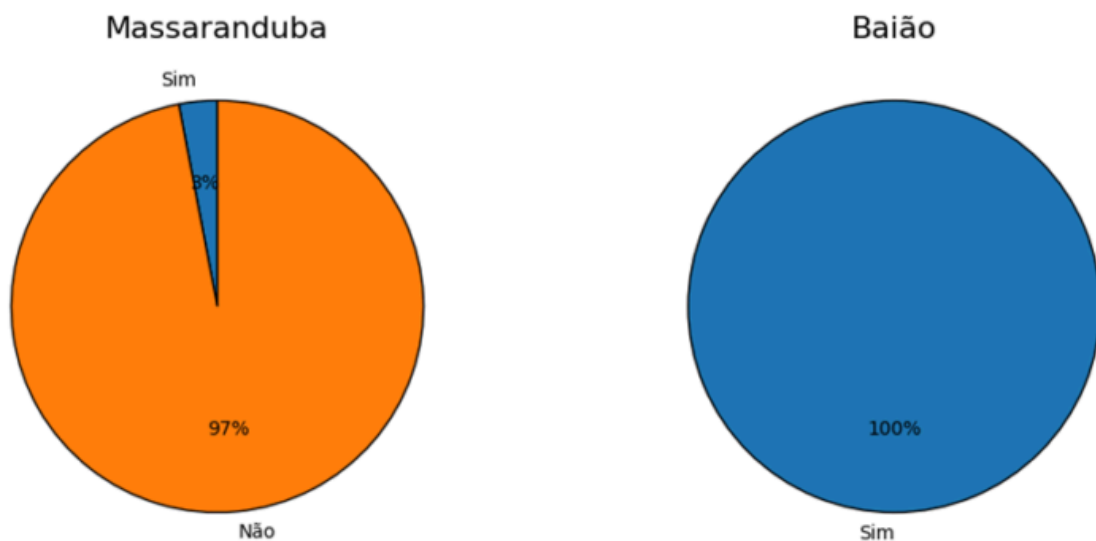
Fig. 10: Escolaridade X Dívida Financeira



Fonte: Projeto Monitora (IoT)

Os dados coletados pela pesquisa em Massaranduba e pelo Projeto Monitora Tocantins revelam informações críticas sobre o impacto econômico da pandemia nas zonas rurais, a pesquisa em Massaranduba indica que a maior dificuldade enfrentada pela comunidade durante a pandemia foi o acúmulo de contas em atraso. O gráfico do Projeto IoT, por sua vez, mostra uma relação significativa entre dívidas financeiras e escolaridade, destacando que as maiores porcentagens de endividamento estão entre pessoas com ensino médio e ensino fundamental incompleto.

Figura 11: Distribuição de auxílio

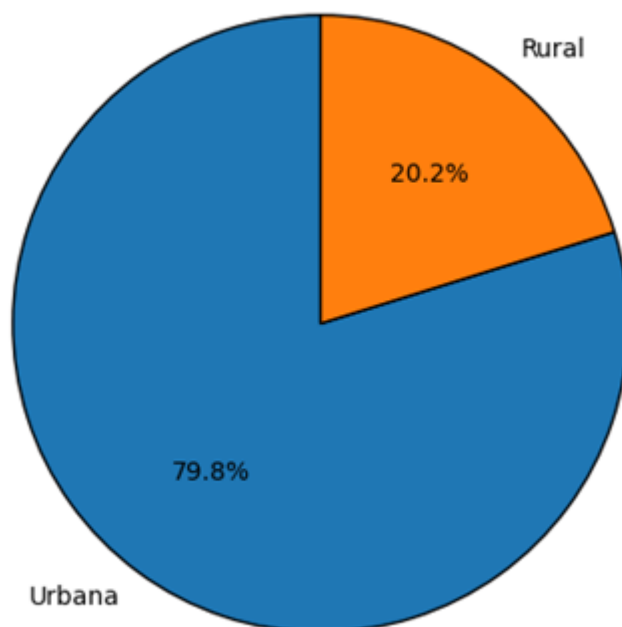


Fonte: Pesquisa própria

A pesquisa destaca uma disparidade na distribuição do auxílio emergencial é alarmante: enquanto 100% dos entrevistados urbanos de Baião relataram ter recebido o auxílio, apenas 3,3% das famílias rurais de Massaranduba tiveram acesso ao benefício. Isso evidencia uma falha clara no acesso a recursos governamentais para áreas rurais, em grande parte devido à falta de informação, burocracia e distâncias geográficas que dificultam o acesso ao programa.

Campanhas informativas direcionadas e simplificação do processo de cadastro para o auxílio em áreas rurais são essenciais para assegurar que essas comunidades vulneráveis tenham igualdade de acesso. A falha na distribuição do auxílio emergencial para áreas rurais não é apenas um erro de implementação, mas também de planejamento. A ausência de um plano estratégico de inclusão digital e de captação de dados eficazes nas zonas rurais revela desigualdades institucionais estruturais.

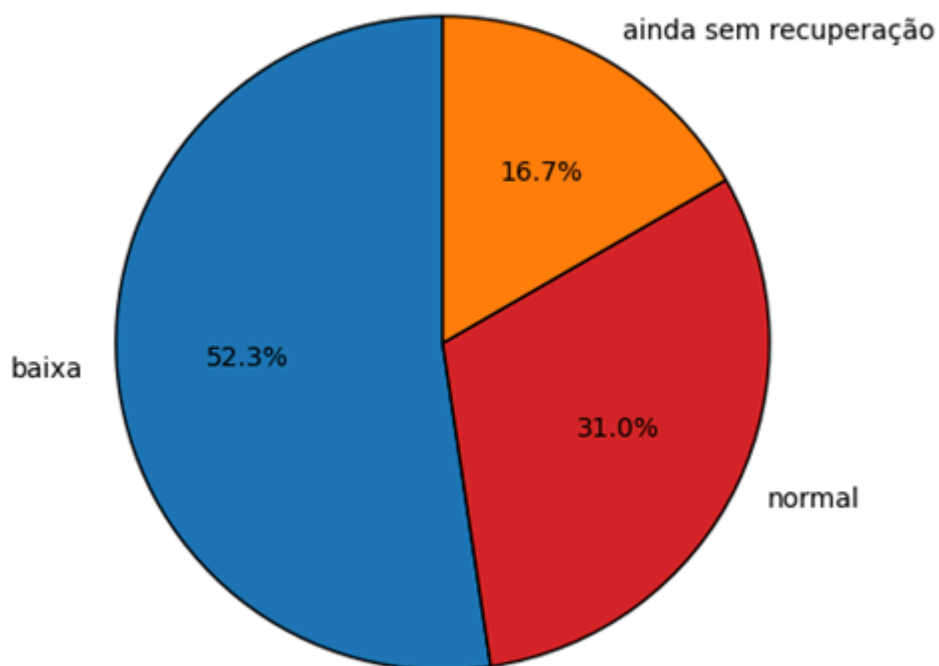
Fig.12: Recuperação da renda familiar por zona



Fonte: Projeto IoT

Em comparação, na vila de Massaranduba (zona rural), tivemos na pesquisa própria o cenário como se vê na figura 13.

Figura 13: Recuperação de renda na Zona Rural



Fonte: Pesquisa própria

Comparando os dados do Monitora Tocantins com a pesquisa realizada em Massaranduba, fica evidente o impacto desproporcional da pandemia na zona rural. A recuperação da renda familiar foi mais rápida nas áreas urbanas, onde 79,8% das famílias já haviam recuperado parte ou toda sua renda. Nas áreas rurais, apenas 20,2% das famílias relataram recuperação econômica, sendo que 52,3% ainda estão com renda muito baixa (Figura 13). Isso evidencia uma recuperação desigual entre as duas regiões, em grande parte devido à falta de suporte econômico, falta de diversificação de atividades e dificuldade de escoamento de produtos agrícolas.

Para as áreas rurais, é crucial desenvolver uma estratégia de longo prazo para reconstrução econômica, que inclua acesso a crédito facilitado, investimentos em infraestrutura rural, e inclusão digital. Incentivos à tecnologia agrícola e inovação no setor também são necessários para impulsionar a recuperação.

A recuperação lenta nas áreas rurais reflete a falta de planejamento sistêmico para garantir a sustentabilidade econômica dessas comunidades. A ausência de políticas específicas para áreas remotas

perpetua um ciclo de pobreza e desigualdade, demonstrando a necessidade urgente de políticas de desenvolvimento rural inclusivas.

As variáveis analisadas – como localização, faixa etária, emprego, auxílio emergencial e recuperação econômica – revelam uma desigualdade estrutural entre áreas urbanas e rurais, exacerbada durante a pandemia de COVID-19. A sub-representação das áreas rurais e a falta de políticas públicas direcionadas para essas regiões são críticas, especialmente quando se considera a dependência excessiva da agricultura e o acesso limitado a serviços essenciais.

Trabalhos futuros devem se concentrar em entender as especificidades regionais, promovendo uma abordagem integrada que leve em consideração a diversidade econômica e social das áreas estudadas. É necessário investir em infraestrutura rural, educação e tecnologia, de forma a capacitar as comunidades para enfrentar crises futuras com maior resiliência.

5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do Projeto Monitora Tocantins demonstram de forma clara as desigualdades econômicas e sociais causadas pela pandemia, com diferentes impactos nas áreas urbanas e rurais. Enquanto as áreas urbanas tiveram acesso mais facilitado a serviços de assistência, como o auxílio emergencial, as áreas rurais enfrentaram dificuldades adicionais devido à sua geografia e condições socioeconômicas.

Os dados do IPEA sublinham a urgência de desenvolver intervenções governamentais que considerem as especificidades da economia rural amazônica, visando reduzir as desigualdades regionais e promover uma recuperação equitativa pós-pandemia.

A recuperação econômica foi mais acelerada nas áreas urbanas, impulsionada pelo acesso a serviços de saúde, educação e assistência social. As atividades econômicas foram retomadas com maior

antecedência, uma vez que a infraestrutura estava mais disponível. No entanto, nas áreas rurais, a dependência da agricultura, as limitações de transporte de produtos e as limitações de mobilidade provocaram uma queda acentuada na renda das famílias. Muitos agricultores perderam as suas colheitas devido à dificuldade de comercializar seus produtos.

Os dados revelam que 79,8% dos entrevistados nas áreas rurais tiveram grandes dificuldades para recuperar a renda, o que demonstra que as políticas públicas de apoio, como o auxílio emergencial, não foram eficazes para atender às necessidades dessas comunidades, em parte devido à falta de acesso e à burocracia, escolaridade e falta de informação.

A recuperação econômica nas áreas rurais foi mais lenta devido ao dependente da agricultura e às barreiras geográficas. Esses desafios reforçam a relevância de políticas públicas adequadas às necessidades específicas de cada região, promovendo uma recuperação mais justa e inclusiva.

Em futuros estudos, é possível aprofundar-se em outras áreas rurais da Amazônia, avaliando o impacto da pandemia em longo prazo. Além disso, seria relevante investigar a eficiência das políticas públicas implementadas e sugerir melhorias com base nas lições aprendidas durante este período.

REFERÊNCIAS

DA CONCEIÇÃO SILVA, Delmira Santos; DOS SANTOS, Marília Barbosa; SOARES, Maria José Nascimento. Impactos causados pela COVID-19: um estudo preliminar. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, v. 15, n. 4, p. 128-147, 2020.

DA SILVA, Mygre Lopes; DA SILVA, Rodrigo Abbade. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões. *Observatório Socioeconômico da Covid – FAPERGS*, 2020.

FUTEMMA, Celia et al. A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir?. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 16, p. e20200143, 2021.

BREITENBACH, Raquel. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da pandemia na agricultura familiar. *Desafio Online*, v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: <http://www.desafioonline.ufms.br>. Acesso em: 13 de nov. de 2023.

RELATÓRIO ESPECIAL. Impactos Da Crise Pandêmica E Econômica No Mercado De Trabalho Paraense. *Observatório Paraense do Mercado de Trabalho – Universidade Federal do Pará*, fevereiro de 2021. Disponível em: <https://ascom.ufpa.br/links/outros/Relat%C3%B3rioEspecialOpamet.pdf>. Acesso em: 05 de nov. de 2023.

SILVA, J. R.; SANTOS, J. P. G.; VIANA, F. M. F.; OLER, J. R. L.; STEWARD, A. M. Impactos da COVID-19 nas cadeias produtivas e no cotidiano de comunidades tradicionais na Amazônia Central. *Mundo Amazônico*, 11(2), p. 75-92, 2020.

WORLD BANK. Brazil poverty and equity assessment looking ahead of two crises. *World Bank*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2022/07/14/pobreza-e-desigualdade-no-brasil-pandemia-complica-velhos-problemas-e-gera-novos-desafios-para-populacao-vulneravel>. Acesso em: 05 de nov. de 2023.

[1] Fabíola Campelo Ribeiro: Comunidade de Massaranduba, PA-151, Baião, Pará, Brasil. Email:ribeirofabiola315@gmail.com

[2] Paula Rita da Silva de Menezes: Av. Levindo Rocha,216, Bairro Centro, Baião, Pará, Brasil. Email:paularitamenezes@gmail.com

[3] Dalmi Gama dos Santos: Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA, Tv.Pe. Antônio Franco,2617, Bairro da Matinha, Cametá, Pará, Brasil. Email: dalmi@ufpa.br

[4] Ulisses Weyl da C. Costa: Campus Universitário do Tocantins/Cametá-UFPA, Tv.Pe. Antônio Franco,2617, Bairro da Matinha, Cametá, Pará, Brasil.

Email: uliweyl@ufpa.br

[← Post anterior](#)

[Post seguinte →](#)

RevistaFT

A RevistaFT têm 28 anos. É uma **Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis “B2”**.

Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também [clikando aqui](#).



Contato

Queremos te ouvir.

WhatsApp RJ:

(21) 98275-4439

WhatsApp RJ:

(21) 98159-7352

WhatsApp SP:

(11) 98597-3405

e-Mail:

contato@revistaf
t.com.br

ISSN: 1678-0817

CNPJ:

48.728.404/0001-
22

**FI= 5.397 (muito
alto)**

Fator de impacto é um método bibliométrico para avaliar a importância de

Conselho Editorial

Editores

Fundadores:

Dr. Oston de Lacerda Mendes.
Dr. João Marcelo Gigliotti.

Editor

Científico:

Dr. Oston de Lacerda Mendes

Orientadoras:

Dra. Hevellyn Andrade Monteiro
Dra. Chimene Kuhn Nobre

Revisores:

Lista atualizada periodicamente em

periódicos científicos em suas respectivas áreas. Uma medida que reflete o número médio de citações de artigos científicos publicados em determinado periódico, criado por Eugene Garfield, em que os de maior FI são considerados mais importantes.

revistaft.com.br/expresspediente Venha fazer parte de nosso time de revisores também!